

historia: fronteiras



Vol. I

Eunice Nodari
Joana Maria Pedro
Zilda M. Gricoli Iokoi
(organizadoras)



Volume I

História: Fronteiras

XX Simpósio Nacional da ANPUH

Florianópolis-SC

Julho de 1999

ANPUH

Humanitas
FFLCH/USP

1999

A CONSTRUÇÃO DAS FRONTEIRAS BRASILEIRAS: UMA TAREFA DE HISTORIADORES

Katia Maria Abud
Universidade de São Paulo

Na composição imaginária da identidade brasileira, a extensão territorial do país tem sido um dos elementos que alimentam o orgulho nacional e nos coloca como um “grande país”. Expressões consagradas como “país de dimensões continentais”, “gigante em berço esplêndido” do Hino Nacional, estão sempre presentes na mídia, escrita, falada e televisiva, sem contar o refrão do “Oiapoque ao Chuí”, dos apresentadores esportivos. A literatura didática, representada principalmente pelos livros de Geografia, ainda apresenta o quadro no qual aparecem listados os países mais extensos do globo terrestre, o Brasil entre eles, classificado sempre entre o terceiro e o quinto em extensão territorial, dependendo do critério utilizado para a classificação.

A importância da integridade territorial tem sido destacada por nossos historiadores desde que no Brasil se começou a elaborar uma história brasileira com a produção dos sócios do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro e nos programas de ensino do Colégio Pedro II.

A amplidão e, sobretudo, a integridade territorial foi um aspecto sempre enfatizado como positivo pelos historiadores. A ênfase positiva é encontrada na *História Geral do Brasil*, de Francisco Adolfo Varnhagen, estruturada, de acordo com Américo Jacobina Lacombe¹, a partir das sugestões de Von Martius, no texto “Como se deve escrever a História do Brasil”², enviado em 1843 ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Seu trabalho configurava uma forma de se construir a História nacional por meio da hierarquização de alguns fatos que deveriam ser centros explicadores, em torno dos quais todo um conjunto de acontecimentos passava a ser refe-

rido. Na listagem que apresenta em sua memória, percebe-se que a territorialização da colônia é entendida como um dado que precede a formação do país. A localização territorial ocupa o principal lugar da hierarquização das fatos históricos selecionados.

Von Martius afirmava que, para se escrever a História do Brasil, devia-se em primeiro lugar atentar para a formação étnica do Brasil, constatando a contribuição do branco, do índio e do negro para a formação da população brasileira. Fez notar o papel dos portugueses no “descobrimento” e colonização, compreendido somente em conexão com suas façanhas marítimas, comerciais e guerreiras. Lembrou também que não se poderia perder de vista o desenvolvimento civil e legislativo e os movimentos do comércio internacional. Apontou para a importância da transferência das instituições municipais portuguesas e o desenvolvimento que tiveram. Destacou o papel dos jesuítas na catequese e na colonização e a importância de se estudar as relações entre a Igreja Católica e a Monarquia. Mostrou ainda o interesse que havia em se conhecer o desenvolvimento das artes e os aspectos da vida dos colonos. Para evitar uma possível regionalização, sugeriu que se agrupassem regiões com características semelhantes e histórias convergentes³.

As orientações de Von Martius sobre como deveria ser escrita a História do Brasil parte de pressuposto de sua existência, anteriormente à sua colonização, como um ser transcendental, localizado num território pronto a ser descoberto. A mesma concepção está presente na obra clássica de Francisco Adolfo Varnhagen, a *História Geral do Brasil*⁴, na qual a colonização portuguesa é louvada pela organização que deu à colônia, sobretudo porque a integrou territorialmente. Ao contrário da Espanha, que ao dividir suas possessões teria facilitado a fragmentação das nações surgidas após os movimentos de independência, a colônia portuguesa pudera manter sua integridade territorial. Varnhagen enfatizou também esse aspecto no seu estudo sobre a independência brasileira.

Para valorizar a integração territorial atribuída ao papel da colonização portuguesa às guerras de independência que ocorreram de forma esparsa pelo Brasil, foram omitidas ou levemente

te abordadas nas pesquisas realizadas pelos sócios do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Em oposição, as “Invasões estrangeiras”, as tentativas de ocupação das terras por holandeses e franceses, que ocorreram no século XVI e XVII, aparecem em destaque. Destaque ainda maior têm as “expulsões dos estrangeiros do território nacional”. A expulsão dos holandeses de Pernambuco é um marco da história brasileira: é o primeiro momento no qual se reconhece “o povo brasileiro”, formado pelas “três raças”: a branca, representada pelos portugueses, a negra e a indígena. As três raças uniram-se para combater e expulsar do território brasileiro um estranho que dele tentara se apossar. Não é preciso lembrar o papel de traidor da pátria atribuído a Calabar, por este ter optado pelo lado holandês. Enquanto Filipe Camarão e Henrique Dias arriscaram suas vidas para defender a pátria contra o estrangeiro, Calabar simplesmente se passara para o lado dele, indiferente ao destino do povo brasileiro. Essas representações da construção da pátria brasileira, assentada sobre um território contínuo, foi transplantada para o imaginário coletivo pela divulgação realizada, sobretudo, pela literatura didática, da escola primária e secundária.

Até o final do século XIX e início do XX, na produção histórica, a questão da delimitação do território era definida basicamente em dois cenários: o militar e o diplomático, embora os historiadores, ao elaborarem suas obras de história geral brasileira, não se esquecessem de citar as “drogas do sertão” e a pecuária. A busca das primeiras teria levado a colonização portuguesa à penetração na floresta amazônica, alargando a possessão portuguesa na região e o Nordeste deveria à criação de gado a ocupação de largas e extensas faixas de terras, interiorizando a presença européia em áreas distantes do litoral.

As guerras travadas contra “estrangeiros” e os tratados que estabeleceram limites entre as possessões portuguesas e espanholas, porém, foram sempre os pontos de referência principais para os estudos sobre a ocupação das terras, até o final do século XIX. Somente a partir dessa época, quando, em São Paulo, iniciou-se a produção que buscava recuperar a história paulista, inicia-se também a construção da “epopéia paulista”, segundo a qual São Pau-

lo não somente se fizera, mas fora responsável também pela construção da nação no que ela tinha de mais concreto: seu território.

Naquele momento, São Paulo começava a alcançar um lugar entre os Estados brasileiros mais ricos como produtor e exportador de café, e pretendia se colocar como o estado hegemônico, na recém-criada República Federativa Brasileira. Os historiadores paulistas eram ligados à elite cafeeira, muitos exerciam atividades políticas e em sua elaboração da história de São Paulo, procuravam legitimar o direito à hegemonia pretendida. Produziram um conhecimento que fundamentou a crônica popular, associando a figura do bandeirante à formação territorial do Brasil, ao produzir um conhecimento histórico sobre seu próprio passado que pode ser utilizado por setores da sociedade, que como elemento de pressão, interferiu na escolha do objeto a ser estudado⁵.

Fundamentando-se nas teorias de Galtung e Haas, J. Love explica a opção dos historiadores de constituir o bandeirante como símbolo, por este se prestar ao enfrentamento de diversas questões que foram peculiares a São Paulo na Primeira República, ou seja, nos diferentes processos de integração que emergem na História de São Paulo, pois “o bandeirantismo (...) ofereceu a solução simbólica para o problema da lealdade dividida, que se devia ao Estado e à Nação”⁶. Ao glorificar as diversas etnias que haviam contribuído para criar como tipo único o bandeirante, estaria justificada a assimilação de imigrantes e migrantes de outros estados. Seu apelo maior, porém, derivaria da adesão implícita ao federalismo hegemônico, ou seja, “na crença na superioridade de São Paulo”. Nesse contexto, o bandeirante compatibilizaria o regionalismo e o nacionalismo, identificando o estado à nação⁷. A identificação ficaria mais evidente como o reconhecimento de que o Brasil se assentava num território que resultara da penetração bandeirante.

Os historiadores paulistas enfatizaram aspectos e deram consistência às representações do bandeirante como símbolo paulista, a ser imposto à toda nação, como construtor da integridade territorial brasileira.

Alcântara Machado, em *Vida e Morte do Bandeirante*⁸, construiu a representação do homem da época das bandeiras nos

moldes do cavaleiro medieval. O paulista do século XVII tinha uma compleição moral que havia possibilitado suportar as agruras do sertão e dele retornar vitorioso. O paulista do século XVII era um homem habituado com as dificuldades da vida. Descobriria as minas de ouro, mas delas não tirara proveito, vivendo sua vida simples, sem luxo nem vaidade, utilizando objetos grosseiros e sem requinte, para sobreviver no Planalto de Piratininga, para onde tinha ele mesmo como descendente dos primeiros colonizadores, trazido à civilização. Tal desprendimento permitira, assim, que vencesse as intempéries do sertão.

O orgulho de casta que Alcântara Machado manifesta em sua obra decorre do fato que, para o autor, seus ascendentes tinham vencido obstáculos para construir o país, pois como admitiu

Fatores de ordem geográfica, determinantes de ordem econômica, motivos de ordem psicológica fazem do paulista o bandeirante. Na História de São Paulo e de Piratininga sentimos a cada momento a presença do sertão, num propício ou maléfico, a presidir a vida e a morte (...) Em tudo quanto o rodeia (o paulista), no conforto de uns, na miséria de outros, na arrogância dos potentados e no luto das viúvas e dos órfãos, sente o vicentista o poder misterioso do sertão. Não há de fugir-lhe. Nele está o destino da raça⁹.

A imagem do morador do Planalto, na representação composta por Alcântara Machado, é a de um homem pobre, analfabeto, de modos grosseiros que vivia à beira da indigência, mas que tinha um toque de austeridade e o heroísmo, que as lutas no sertão lhe conferiram. Era um homem diferente dos outros colonizadores, esse “paulista do século XVI e XVII, que respira uma atmosfera saturada de sertanismo”¹⁰. Ao abordar a dimensão social do homem bandeirante, o sertão, o território a desbravar, compôs o pano de fundo para recuperação histórica.

O sertão também é o fundo em que Alfredo Ellis Jr. delineou o homem superior, representante da sub-raça planaltina. Ellis Jr. via na bandeira uma organização militar. A atividade de conquista é o seu fundamento. Não só a conquista de índios demonstraria o valor bélico das expedições, mas também a participação de grupos bandeiristas nas lutas contra os holandeses¹¹, ajudando a preservar o território de Portugal, que

(...) se fora desprotegido na partilha da América Meridional, e se a natureza o desamparou na hidrografia de seu quinhão, foi-lhe grandemente pródiga na aventurosa, temerária e audaciosa psicologia com que doara os herdeiros dos conquistadores heróicos do “mar tenebroso”(...) fizeram esse portugueses, enfim recuar o meridiano divisório até os confins, que hoje orgulhosa, ingrata e ignorantemente contempla o brasileiro no mapa de sua pátria imensa¹².

O mesmo autor vai além ao utilizar as teorias racistas do final do século XIX e início do século XX para referendar o ufanismo de Frei Gaspar da Madre de Deus. Ao responder as acusações que jesuítas espanhóis fizeram aos bandeirantes após a destruição dos aldeamentos, em meados do século XVII, aquele religioso defendeu os mamelucos de São Paulo, louvando-lhes a coragem e bravura, bem como a resistência física ao vencer os obstáculos da floresta e a resistência indígena¹³. Ellis Jr. retoma a argumentação procurando demonstrar que os paulistas pertenciam a uma sub-raça superior, resultante do cruzamento entre dois troncos, também superiores: o europeu e o indígena. O mestiço resultante desse cruzamento tinha povoado o Planalto de Piratininga e, graças às suas qualidades raciais, expandido os limites portugueses, com “esse bandeirismo monumental, com a penetração indomável pela virgem América”¹⁴.

Mais sutil, poder-se-ia dizer mesmo mais elegante, foi a forma pela qual Paulo Prado¹⁵ expressou sua crença na formação do paulista como elemento possibilitador do progresso do Estado. Ele enfatizou a importância dos fatores antropológicos e geográficos e da importância da caracterização étnica e psicológica dos bandeirantes, em função do meio geográfico e da mistura racial, que na sua opinião foram os fatores determinantes da expansão bandeirista, secundarizando os motivos econômicos que poderiam tê-la impulsionado, conforme pode-se observar neste trecho, onde no qual se referia a Fernão Dias Paes:

Pertencia a antiga e poderosa família, cujos ascendentes já em 1550 residiam na Colônia. Apesar das numerosas justificações de sangue limpo e da mania nobiliárquica da época, um longínquo casamento como indígena dava-lhe sem dúvida, esse cunho mameluco, que é a nota aristocrática do paulista puro. Uma famosa expedição escravizadora de índios aos sertões da Serra de

Apucarana, para as bandas do Tibagi, em 1661, trouxera-lhe para as suas terras de Parnaíba mais de cinco mil escravos, que empregou na cultura do milho, feijão e trigo. Foi no desfrute dessa abundância, cumulado de honras, já no fim de uma vida longa e não mais em idade de penetrar sertões – (...) - que a solicitação régia veio propor-lhe a empresa que o devia celebrar¹⁶.

Nos seus ensaios, Paulo Prado procura demonstrar que o aspecto mais edificante do paulista do seiscentismo era a aristocracia, da qual decorria o amor à aventura, à glória de conquista que Fernão Dias demonstrou quando, já velho, aceitou a incumbência real de procurar as pedras preciosas verdes. É próprio da aristocracia colocar acima do dinheiro a conquista, a aventura, e a nobreza desde que esta se constituíram na Idade Média.

A terceira dimensão do bandeirante seria privilegiada na obra de Afonso d'E. Taunay, autor da maior obra do movimento expansionista, comparada a raros movimentos de outras partes do mundo: a dimensão de debravador de territórios desconhecidos. Sua obra mais importante foi, sem dúvida, a *História Geral das Bandeiras Paulistas*¹⁷, que começou a ser publicada em 1924 e só terminou em 1950. Além desse trabalho, que José Honório Rodrigues chamou de monumental, publicou muitas outras sobre a história de São Paulo, enfocando em quase todas elas a figura do bandeirante.

Taunay seguiu uma tradição que se firmara no Brasil de extrema valorização do documento, e construiu seus trabalhos seguindo os moldes da *História Geral do Brasil*, de Varnhagen: os documentos citados e transcritos constituíam o núcleo da obra, estando ausente a crítica do historiador sobre eles. O documento inédito era garimpado como o de maior valor, porque poderia trazer novos “fatos” ao conhecimento de todos. O trabalho do historiador, nessa perspectiva, tornava-se uma busca incessante de fontes sobre diferentes assuntos, pois somente a descoberta de novas fontes poderia auxiliar a reescrever a História, passível de ser recuperada sempre com a mesma ótica. Permanecia, assim, o critério da história verdadeira, objetiva, na qual o papel do pesquisador se confunde com o de compilador dos documentos, provas inquestionáveis da ocorrência dos fatos.

Ele não foi também um inovador quanto aos sujeitos da História. Os sujeitos de sua história foram os chefes das bandeiras, que são identificadas pelos nomes de seus líderes. Porém, o grande sujeito da história das bandeiras é o sertão. “O sertão aflora no paulista uma vocação intrínseca, intima-o a embrenhar-se no seu seio, é o caminho que convida ao movimento”¹⁸.

As bandeiras desenharam o mapa do Brasil em suas andanças, na concepção de Taunay. Serpenteavam seguindo os rios, devassaram todo o continente sul-americano com o objetivo de conquistá-lo, independentemente de também estarem à caça de índios para escravizar, de metais e pedras preciosas.

A atração pelo sertão, que fez o historiador de São Paulo desenhar, com os caminhos trilhados pelas bandeiras, o mapa do Brasil, não foi espontânea. Foi Capistrano de Abreu quem levou Taunay a seguir a trilha bandeirista. Ele mesmo, Capistrano, era atraído pelo sertão, pelo interior e sua obra aí esta para demonstrar. Em “Capítulos de História Colonial” e “Os caminhos antigos e o povoamento do Brasil” em muitas das cartas que trocou com seus colegas, inclusive com Taunay, esse historiador, um inovador no cenário da produção histórica brasileira, demonstrava sua preocupação com a recuperação histórica da ocupação das regiões distantes do litoral. Lembrava Capistrano que o território brasileiro havia se constituído a partir do litoral e que a colonização penetrara por extensas faixas de terra do interior do continente, como uma onda devastadora, que destruíra numerosos grupos indígenas. Mas a produção histórica dedicava-se quase que exclusivamente a estudar a ocupação das terras litorâneas, esquecendo-se do interior. Com esse argumento, convenceu Taunay a abandonar o projeto de estudar os capitães-generais de São Paulo e se dedicar à pesquisa sobre os paulistas no século XVII. Capistrano de Abreu, apesar de questionar os métodos da ocupação portuguesa, reconhecia que a nação se assentava sobre uma base territorial, que fora aos poucos conquistada¹⁹.

Basílio de Magalhães também atribuiu aos bandeirantes memoráveis descobrimentos que trouxeram como resultado o

Brasil conquistado e engrandecido pelo esforço dos paulistas, o Brasil que os pactos internacionais pouquíssimo alteraram desde aquela época até nossos tempos. O Brasil só espera hoje que as vergôntas dos bandeirantes, existentes em todos os pontos dessa pátria bem fadada pela natureza, o honrem e engrandecam agora²⁰.

Os trabalhos produzidos pelos historiadores de São Paulo e pelos historiadores que se dedicaram a estudar as formas de ocupação do território que se tornou o Brasil, indicam o papel exercido pelos paulistas como fundamental para a integralização das terras que deram ao país suas conformação geográfica. Mas também estabeleceram no imaginário popular a representação de um Brasil pré-existente, que esperava a ação dos conquistadores para vir à luz.

NOTAS

¹LACOMBE, A. J. *Introdução ao estudo da História do Brasil*. São Paulo, Ed. Nacional/Ed. da Universidade de São Paulo, 1973, p. 199 (Brasiliiana, 350).

²VON MARTIUS, K.F.P. "Como se deve escrever a História do Brasil". In *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, t. VI, p. 381, 1845.

³*Idem*.

⁴VARNHAGEN, F. A. *História Geral do Brasil*. p. 34.

⁵Carlos Pereyra reconhece duas dimensões no discurso histórico: a função de conhecimento e a função social, "cuja modalidades não são exclusivas, nem primordialmente de caráter teórico". PEREYRA, C. "História, para quê?". In PEREYRA, C. (org.). *História para que?* 5ª ed., México, Siglo Veinteuno, 1984, pp. 11-31.

⁶LOVE, J. *A Locomotiva: São Paulo na federação brasileira. 1889-1937*. (Trad. Vera Alice Cardoso da Silva). Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982, pp. 297-298.

⁷*Idem*, p. 297

⁸MACHADO, A. J. *Vida e morte do bandeirante*. São Paulo, Martins Ed., 1965.

⁹*Idem*, p. 233.

¹⁰*Idem*.

¹¹ELLIS JR, A. *O bandeirismo paulista e o recuo do meridiano*. Pesquisas nos documentos quinhentistas publicados pelos Governos Estadual e Municipal. 2º ed., São Paulo, Cia. Ed. Nacional, 1934, pp. 30-31.

¹²ELLIS JR. A. *Os primeiros troncos paulistas*. 2º ed., São Paulo/Brasília, E. Nacional/INL, 1976, p. 04 (Brasiliiana, 49).

¹³MADRE DE DEUS, Frei Gaspar. *Memórias para a História da Capitania de São Vicente*. Belo Horizonte/São Paulo, Itatiaia/Ed. da Universidade de São Paulo, 1975 (Reconquista do Brasil, 50).

¹⁴ELLIS JR, A. *op. cit.*, 1934, p.34.

¹⁵PRADO, P. *Província e nação. Paulística. Retrato do Brasil*. Rio de Janeiro/São Paulo, Conselho Estadual de Cultura/José Olímpio Ed., 1972 (Col. Documentos Brasileiros, vol. 152).

¹⁶*Idem*, p.115.

¹⁷TAUNAY, A.d'E. *História geral das bandeiras paulistas*. São Paulo, Typografia Ideal, 1924-1950, 11 vols.

¹⁸OLIVEIRA JR., P. C. "Affonso d'E Taunay" e a construção da memória bandeirante". In *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, nº 387, abr./jun. 1995, pp. 343-457.

¹⁹ABREU, J. C. *Capítulos da história colonial: 1500-1800. Caminhos antigos e povoamento do Brasil*. Brasília, Ed. da Universidade de Brasília, 1982.

²⁰MAGALHÃES, B. *Expansão Territorial do Brasil*. 2ª ed. rev. e aum., Rio de Janeiro, Epasa, 1944, p. 93.